



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 19/99.

Ibiúna, 07 de maio de 1999.

*Leia-se em
sessão
Cópia aos
edil e as
Comissões
10-5-99
Cunha*

SENHOR PRESIDENTE:

Tenho a honra de por intermédio de Vossa Excelência, encaminhar à consideração da Nobre Câmara Municipal o incluso projeto de lei, que dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 69/78.

Como sabem os Nobres Vereadores, a Lei nº 69/78 dispõe sobre permissão para o transporte individual de passageiros, por meio de taxis, e o seu artigo 12, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 109/79, não estabeleceu qualquer prazo de fabricação do veículo, daí porque, julgo conveniente estabelecer que esse prazo seja de, no máximo, 15 (quinze) anos.

Espero, pois, que a proposição seja apoiada pela Egrégia Câmara de Vereadores, a fim de solucionar diversos casos pendentes em trâmite pelas unidades competentes da Prefeitura.

Em assim sendo, solicitamos que a presente proposição seja deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Sem mais para o momento renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JONAS DE CAMPOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 124/99

Recebido em 10 de 05 de 19 99

Prazo vence em de de 19

Recebido por

EXMO SR.

DURVAL PIRES DE CAMARGO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

124/99

Fl. 03

**PROJETO DE LEI Nº 19.
DE 07 DE MAIO DE 1999.**

**“Dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 69,
de 20 de julho de 1978.”**

JONAS DE CAMPOS, Prefeito do Município
de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são
conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna
aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte
Lei:

ARTIGO 1º - O artigo 12 da Lei nº 69, de 20
de julho de 1978, alterada pela Lei nº 109, de 13 de junho de 1979, passa a vigorar com a
seguinte redação:

“Artigo nº 12. – O alvará de estacionamento
somente será expedido se o veículo tiver no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, após
a comprovação do preenchimento das exigências estabelecidas nos artigos 3º, 7º e 9º
desta Lei.”

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA,
AOS 07 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1999.**

JONAS DE CAMPOS
Prefeito Municipal

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
Em 11 de 05 de 1999
PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

mes de julho de 1978.

Gabinete do Prefeito Municipal de Osina, aos 19 dias do

DE ORLANDO DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL.

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal e
afixada no local de costume em 19/07/78.

Orlando da Silva
- Oficial de Moais Rosa -
Secretaria da Prefeitura.

Lei Nº 69.

De 20 de julho de 1978.

"Estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, e dá outras providências".

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Osina aprovou, e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Osina, sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O transporte individual de passageiros no município, em veículos de aluguel, constitui serviço de interesse público, executado mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura, consubstanciada pela outorga do Termo de Permissão e Alvará de Estabelecimento, nas condições estabelecidas por lei.

ARTIGO 2º - A exploração de serviço de transporte de passageiros, por meio de táxi, é permitida ao motorista profissional autônomo, ressalvado o disposto no artigo 5º.

ARTIGO 3º - Fica criado por força da presente lei o "CONDUATAX" (Conduto Municipal de Auto-táxi).

ARTIGO 4º - Os veículos de aluguel, em serviço no município, somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no CONDUATAX.

ARTIGO 5º - Considera-se motorista profissional autônomo, aquele que dirige, pessoalmente, veículo de sua propriedade e não possui outra profissão paralela.

ARTIGO 6º - Admitir-se-á a co-propriedade de um veículo por dois (dois) motoristas profissionais autônomos, desde que previamente inscritos no CONDUATAX e não seja qualquer um deles, proprietário ou co-proprietário.

12. Os (as) rego os muros de igual valor, uma em Junho, no ato do pagamento do Alvara de funcionamento, a segunda em maio e a terceira em outubro, até o dia 30 dos últimos meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Alvara no pagamento por mais de 50 (cinquenta) dias, após o vencimento do segundo ou do terceiro prazo implicará na cassação automática do Alvara de funcionamento.

ARTIGO 15º - O Alvara é pessoal, permitindo a transferência somente no caso previsto nesta Lei.

ARTIGO 16º - A transferência de Alvara poderá ser operada quando:

I - Constatar-se incapacidade ou invalidez permanente do motociclista autônomo, que o Alvara declarado pelo INPS;

II - Depois a hipótese no artigo 6º para um dos co-proprietários;

III - Havendo interesse do proprietário, mudança e pagamento de uma taxa, não inferior a 6 (seis) salários mínimos da Região;

IV - Ocorre a morte do motociclista autônomo, por interesse de seu herdeiro.

ARTIGO 17º - A permissão de veículos, cujos proprietários possuem Alvara de funcionamento, somente a transferência, utilizando-se cada um dos procedimentos de pagamento da taxa prevista no item "III" do artigo anterior.

ARTIGO 18º - Atendidas as formalidades legais e regulamentares, a transferência de Alvara de um portador para outro será processada mediante cancelamento do anterior e emissão de outro Alvara, em nome do adquirente do veículo e pelo preço estabelecido por esta Lei, uma vez realizadas as taxas correspondentes.

ARTIGO 19º - O promotor não poderá pleitear a anulação do Alvara emitido no Alvara por falta de pagamento, de igual ou maior valor de taxa, quando se estiver em pagamento da taxa correspondente ao Alvara, uma vez que não apresenta a devida quitação em todos os municípios.

ARTIGO 20º - Não será expedido Alvara a promotorários em dois municípios municipais, proibindo a atividade de quem trata esta Lei, de quem se compare, sua permissão.

ARTIGO 21º - Os pontos de estacionamento de taxis serão estabelecidos e a lotação municipal, observada sempre a prioridade de um taxi para cada 500 (quinhentos) habitantes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os taxis deverão ser distribuídos em pontos de estacionamento, no primeiro urbano, distantes no mínimo de 100 (cem) metros um do outro.

ARTIGO 22º - Ocorrendo a vaga em qualquer ponto de estacionamento será permitida a saída de estacionamento formulado pelos promotorários de outros pontos, após a vaga correspondente, obedecendo a ordem de antiguidade.

ARTIGO 23º - Os pontos de estacionamento serão fixados por ato do Prefeito, de modo a evitar a duplicação da sua localização e da quantidade a que ele se destina.

ARTIGO 24º - A Prefeitura Municipal deverá estabelecer a localização e a lotação de pontos para veículos tipo "TAXI", para a execução de serviços de transporte, para os quais se utilizam e estabelecimento para veículos daquele tipo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para esse tipo de serviço a administração pública não poderá cobrar mais do que o valor adequado.

ARTIGO 25º - Na localização dos pontos de estacionamento deverão ser observadas as condições do trânsito, a segurança da cidade e as necessidades de público, obedecendo as diretrizes traçadas no Plano Diretor ou Plano Diretor.

ARTIGO 26º - Qualquer ponto de estacionamento poderá ser criado, modificado ou eliminado.

65 - Incute

parte, 21 (vinte e quatro) horas.

nados e com uma conduta adequada, os respectivos pontos de estacionamento.

ligada nova eleição para a

tipo 28º, um condutor e de, com mandato de 6 meses, que tenham a idade mínima de 18 anos e os motociclistas na sua

mentos não comunicadas a via, depois de avisados, a a grande da falta.

Item I, de 4 artigos, caso de condutor exclusivo do imposto.

des taxis, impedirá a nos de que tenham os c

condutor, não poderá e do município, durante

verão, respectivamente, todos os meses, a alim

obrigados a uma

nos e quaisquer demais fiscalizações.

proposto para a

observar os Alvarás e para e Defesa da Lei.

nos e o público em

ARTIGO 27º - Será obrigatória a permanência de apenas um veículo durante 24 (vinte e quatro) horas por dia em cada "Ponto de Estacionamento".

ARTIGO 28º - Cada Ponto de Estacionamento elegerá um coordenador, de um mil - coordenador, com mandato de 02 (dois) anos, renovando-se essa eleição pelas eleições dos respectivos pontos pela forma direta e secreta, seguindo-se a comunicação ao órgão para o devido registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de impedimento dos eleitos, será realizada nova eleição para a complementação do período restante.

ARTIGO 29º - Os coordenadores elegerão entre si, na forma do artigo 28º, um coordenador geral de todos os pontos de estacionamento de taxi desta cidade, com mandato de 02 (dois) anos, a quem caberá as funções de delegar em todos os quâmbios que pertencem ao órgão todos os pontos além dos de delegação antes o auxílio e os motoristas na solução de assuntos relativos à classe.

ARTIGO 30º - As irregularidades ocorridas nos pontos de estacionamento são comunicadas à Coordenadoria Geral, pelo Coordenador Competente, sendo aplicada a sanção de acordo com as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta:

- I - Repreensão;
- II - Suspensão de até 15 dias;
- III - Suspensão dos direitos ao ponto de até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aplicação da penalidade punida no item I deste artigo cabe à Coordenadoria Geral, no estabelecido nos itens II e III, sendo de competência exclusiva do Prefeito após solicitação para apurar a responsabilidade do infrator.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A suspensão dos direitos de exploração dos serviços, impede a permissão de local e a transgressão de tais direitos a terceiros que tenham os artigos 1º e 2º desta Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O motorista que tem seus direitos cancelados não poderá exercer a profissão em nenhum ponto de estacionamento do município durante a vigência da penalidade.

ARTIGO 31º - Os permissionários e condutores de táxis de táxi devem respeitar as disposições legais e regulamentares, bem como facilitar, por todos os meios, a atividade de fiscalização municipal.

ARTIGO 32º - Os motoristas profissionais autônomos serão obrigados ainda:

- I - Manter o veículo em boas condições e de tráfego;
- II - Fornecer à Prefeitura, sede da CONDUTAX, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização;
- III - Atender as obrigações fiscais e previdenciárias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os permissionários e condutores de táxi devem manter o veículo em boas condições e de tráfego.

ARTIGO 33º - A regulamentação de todo condutor de táxi deve obedecer às disposições do Código Nacional de Trânsito, suas alterações, leis locais e especialmente:

- I - Tratar com polidez e urbanidade os passageiros;
- II - Trajar-se adequadamente;
- III - Não recusar passageiros;
- IV - Não cobrar acima da tabela;
- V - Não permitir o uso do veículo.

em sua publicação, rogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juiz de Fora, aos
20 dias do mês de julho de 1978.

- DR. JOÃO DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal
e afixada no local de costume em 20/07/78.

Deputado de Juiz de Fora
- ARQUIVO DE DOCUMENTOS -
- SECRETARIA DA PREFEITURA -

Lei Nº 70.

De 07 de agosto de 1978.

"Autoriza o chefe do Poder Executivo a conceder uma subvenção de R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) ao Guarany Atlético Clube desta cidade e das outras providências".

FICO SABER que a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Juiz de Fora autorizado a conceder uma subvenção de R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) ao Guarany Atlético Clube, desta cidade.

ARTIGO 2º - Para ocorrer as despesas com a execução do presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Juiz de Fora autorizado a abrir na Contabilidade da Prefeitura Municipal, um crédito Especial na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), que será servido com os recursos provenientes de ANULAÇÃO PARCIAL DE VERBA DO ORÇAMENTO vigente, conforme abaixo especificado:

5 - SERVIÇOS MUNICIPAIS

5.1 - LOCOMOÇÕES PÚBLICAS

CAT. ECONÔMICA - 4.1.1.0.00 - Obras Públicas

FUNCI. PROGRAMÁTICA - 10585751.03 - pavimentação e Estabilização

Asfáltica

Total R\$ 60.000,00
R\$ 60.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, rogadas as disposições em contrário.

do mês de agosto de 1978

Gabinete do Prefeito Municipal de Juiz de Fora, aos 07 dias

- DR. JOÃO DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal
e afixada no local de costume em 07/08/78.

Deputado de Juiz de Fora
- ARQUIVO DE DOCUMENTOS -
- SECRETARIA DA PREFEITURA -

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, prevalecendo as disposições em contrário.

22 de 1979.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quina, aos 13 dias do mês de junho de 1979.

FL 07

DE DECRETAR O P. Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixada no local de costume em 18/05/1979.

ABRIL DE MORAES ROSA
- Secretária da Prefeitura

Lei nº 109.

De 13 de junho de 1979.

"Ficam modificadas o Item IV do 7º e o Artigo 1º da Lei nº 69 de 20/07/78, que estabelece normas para execução de serviços de transportes individual de passageiros e de outras modalidades".

FACO SABER, que a Câmara Municipal de Quina aprovou em deliberação em sessão pública, na qualidade de Prefeito de Quina, sanciono e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Item IV do artigo 7º da Lei nº 69 de 20/07/78, passa a ser o seguinte:

IV - Apresentar atestado de antecedentes criminais fornecido pela Delegacia de Polícia Local.

ARTIGO 2º - O artigo 1º da Lei nº 69 de 20/07/78, passa a ser o seguinte:

1º - O Alvará de Estacionamento requerido por permissionários somente será expedido ao veículo que tenha comprovação do preenchimento das exigências estabelecidas nos artigos 3º, 7º e 9º desta lei.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, prevalecendo as disposições em contrário.

13 de junho de 1979.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quina, aos 13 dias do mês de junho de 1979.

DE DECRETAR O P. Prefeito Municipal

no local de costume em 13/06/79.

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixada no local de costume em 13/06/79.

ABRIL DE MORAES ROSA
- Secretária da Prefeitura

APROVADO

CAMARA MUNICIPAL DE ID. C.

Em 11 de 05 de 1999

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

PRESIDENTE

1.º SECRETARIO

Considerando que o Chefe do Executivo protocolou no dia 10 de maio passado o Projeto de Lei nº. 124/99 que "Dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº. 69, de 20 de julho de 1978.";

Considerando que o referido Projeto visa fixar o prazo máximo de fabricação para concessão de alvarás para taxistas;

Considerando que a Lei em vigor não fixou prazo de fabricação do veículo;

Considerando a necessidade de fixar o prazo para que seja restabelecido a concessão de alvarás aos taxistas.

Diante do exposto, requeremos a Mesa nos termos dos Artigos 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº. 124/99 colocado em regime de urgência especial, e incluído para discussão e votação única na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, em 11 de maio de 1999.

Almo Vieira Dias
Vereador PSD

Roberto Martinez
Vereador PSD

Salvador Alves dos Santos

OSWALDO RIBEIRO DOS SANTOS
Vereador PMDB

PAULO DIAS DE MOURA
PSDB

Luiz Fernando Pereira
Vereador PL

JUVENAL DIAS RIBEIRO
Vereador PSDB

Luiza D. Vieira Reviglio
1.º Vice Presidente

JURACY FLORENCIO PINTO



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 09

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 124/99

AUTORIA: - CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: ROBERTO

**COMISSÕES: JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.**

O Chefe do Executivo Municipal protocolou para apreciação desta Casa de Leis no dia 10 p. passado, o Projeto de Lei acima epigrafoado que " Dá nova redação ao artigo 12 da Lei n º 69, de 20 de julho de 1978 ".

A Comissão de Justiça e Redação em análise ao Projeto em questão, sob o aspecto legal e constitucional, exara seu parecer pela tramitação regimental da proposição, nada impedindo sua deliberação pelo Douto Plenário.

Em estudo ao Projeto, sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão de Finanças e Orçamento pela sua competência, emite parecer pela tramitação normal.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas também opina pela deliberação normal do Projeto, tendo em vista que a futura Lei visa estabelecer o prazo máximo de fabricação dos veículos taxis no município, que serão a partir de sua promulgação fixados em 15 (quinze) anos.

É o parecer

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO

EM 11 DE MAIO DE 1999.


ROBERTO MARTINEZ

RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


LUIZ FERNANDO PEREIRA

VICE - PRESIDENTE


JOSÉ VICENTE FALCI FILHO
MEMBRO

segue fls. 02



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 10

Parecer Conjunto ao Projeto de Lei nº 124/99 - fls. 02

Benedito Vieira Martins

BENEDITO VIEIRA MARTINS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Juracy Florencio Pinto
JURACY FLORENCIO PINTO
VICE PRESIDENTE

Pedro Vieira Ruivo
PEDRO VIEIRA RUIVO
MEMBRO

Neusa Ferreira de Souza
NEUSA FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS E
ATIVIDADES PRIVADAS

Roque José Pereira
ROQUE JOSÉ PEREIRA
VICE - PRESIDENTE

Oswaldo Ribeiro dos Santos
OSWALDO RIBEIRO DOS SANTOS
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

[Handwritten signature]

AUTÓGRAFO DE LEI Nº.113/99

"Dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº. 69, de 20 de julho de 1978."

JONAS DE CAMPOS, Prefeito do Município de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º. – O artigo 12 da Lei nº. 69, de 20 de julho de 1978, alterada pela Lei nº. 109, de 13 de junho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:-

"Artigo 12 – O alvará de estacionamento somente será expedido se o veículo tiver no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, após a comprovação do preenchimento das exigências estabelecidas nos artigos 3º., 7º. e 9º. desta Lei."

ARTIGO 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 12 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1999.

[Signature]
DURVAL PIRES DE CAMARGO
PRESIDENTE

[Signature]
ROQUE JOSÉ PEREIRA
1º. SECRETÁRIO

[Signature]
JUVENAL DIAS RIBEIRO
2º. SECRETÁRIO



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

12

Ofício GPC nº. 367/99

Ibiúna, 12 de maio de 1999.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 113/99**, referente ao Projeto de Lei nº. 19, que nesta Casa tramitou com o nº. 124/99, e "Dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº. 69, de 20 de julho de 1978.", aprovado na Sessão Ordinária do dia 11 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


DURVAL PIRES DE CAMARGO
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.
DR. JONAS DE CAMPOS
DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA
N E S T A.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 124/99 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 10 de maio passado, sendo lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de maio passado, onde recebeu no mesmo expediente Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na Ordem do Dia da mesma Sessão.

Certifico mais, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por unanimidade dos Senhores Vereadores, e em virtude da aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, e após colocado em discussão e votação na mesma Ordem do Dia o Projeto de Lei nº. 124/99 foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico finalmente que em face da aprovação do Projeto de Lei nº. 124/99 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº 113/99, encaminhado através do Ofício GPC nº. 367/99, da presente data.

Ibiúna, 12 de maio de 1999.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário de Div. do Processo Legislativo